

ATAS

Ata nº 3/2019

Folha 6

-----Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Geral da Casa do Povo de Escariz, no Centro Social, à qual presidiu o Sr. Dr. António Estrada, a fim de tratar a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**Ponto nº 1: Análise, discussão e votação do Relatório de Atividades e Contas do ano de 2018, bem como do Parecer do Conselho Fiscal:**-----

-----**Ponto nº 2: Assuntos colocados pela Direção;**-----

-----**Ponto nº 3: Assuntos colocados pelos sócios.**-----

-----Iniciada a reunião, o Sr. Presidente da Assembleia saudou os presentes, procedendo-se de imediato à leitura da ata da reunião anterior que, após a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

-----Tendo-se verificado a ausência da Vogal, Sra. Maria de Lurdes Costa, foi a mesma substituída pelo Sr. Manuel Loureiro Pires.-----

-----De seguida iniciou-se o assunto do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, tendo o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia passado a palavra ao Sr. Presidente da Direção que começou por referir que o Plano de Atividades para o ano de 2018 foi cumprido, tendo-se atingido as metas que tinham sido traçadas. Assim, referiu que ano de 2018 verificou-se uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela instituição, cujo montante de negócios atingiu 295.964,48 €, representando um aumento de 12,39% face ao ano anterior. No que concerne à rubrica Outros Rendimentos verificou-se que ascendeu a 269.945,43 € que esta rubrica integra os subsídios à exploração no montante de 203.336,51€ e outros rendimentos no total de 66.608,92 €, esta soma contempla os ganhos em subsídios para o investimento, juros de dividendos rendas de imóveis e outros ganhos. Relativamente aos gastos ocorridos durante o exercício de 2018, num total de 599.459,05 € a que corresponde um aumento face ao período de 2017, que somou 553 400,35 €, atingindo-se a percentagem de 9,00%. Referiu, ainda, que as outras rubricas, nomeadamente a de Fornecimentos de Serviços, Custo das Mercadorias Vendidas e Outros Gastos sofreram aumentos em cada uma delas. Pelo contrário, as rubricas Gastos de Depreciação e Amortização e a de Juros e Gastos Suportados, registaram uma ligeira descida. A rubrica de gastos com pessoal apresenta um aumento tendo em atenção que se verificou durante o exercício um aumento do número de efetivos.-----

-----Referindo-se ao Resultado do exercício o Sr. Presidente da Direção disse que era negativo de 33.548,74 €, mas que o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) era positivo de 120.753,62 € e que comparativamente ao ano anterior a situação financeira e endividamento melhoraram. Sobre o resultado verificado a Direção propõe que seja integrado na rubrica de Resultados Transitados.-----

ATAS

Folha 7

-----Finda a intervenção do Sr. Presidente da Direção, o Sr. Presidente da Assembleia Geral pediu ao Sr. Presidente do Conselho Fiscal que se pronunciasse sobre as contas apresentadas. Nessa Sequência, o Sr. Domingos Primo referiu que o órgão a que preside reuniu para analisar o relatório e contas, bem como os documentos de prestação de contas, tendo emitido um parecer favorável e que o resultado verificado deveria ser destinado à rubrica Resultados Transitados, conforme pedido da Direção. Sobre o resultado verificado de sinal negativo informou a Assembleia que a taxa de depreciação é inferior à taxa contabilística, afetando assim o resultado. Nesta sequência, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia deverá aprovar o Relatório e contas do exercício de 2018, bem como a aplicação do resultado verificado deverá integrar a rubrica de Resultados Transitados. -----

-----O técnico da Contabilidade referindo-se às contas apresentadas disse que a instituição é económica e financeiramente sustentável, como se poderá observar nos dados apresentados, nomeadamente na conta de caixa e depósitos bancários. -----

-----De seguida o Sr. Presidente da Assembleia perguntou aos presentes se pretendiam ser esclarecidos sobre quaisquer pontos que tivessem dúvidas. Não se registando pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Direção apresentou à votação os documentos analisados que foram aprovados por unanimidade. Nessa sequência registou-se a aprovação do Relatório e Contas de 2018, bem como do Parecer do Conselho Fiscal. -----

-----Entrados no segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Direção informou os presentes que vão ser feitas obras no edifício sede e que se pretendia arrendar o espaço onde funcionou a farmácia. Sobre estes dois assuntos os presentes concordaram com a proposta da Direção. -----

-----Encerrada a sessão, cerca das vinte e duas horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata, que após lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa. -----

-----Presidente:  -----

-----Secretário:  -----

-----Vogal: -----

CASA DO POVO DE ESCARIZ

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2018

1 - Introdução

A CASA DO POVO DE ESCARIZ, com sede social em Rua do Lar, com um capital social de 8 101,70 €, tem como atividade principal Outras atividades associativas, n.e.. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2018.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CASA DO POVO DE ESCARIZ, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

Após uma aceleração da atividade mundial em 2017 e de acordo com a generalidade dos analistas, durante 2018 continuou a registar-se uma expansão sólida da economia mundial apesar de se notar um certo nível de abrandamento. Devido essencialmente ao aumento dos custos comerciais e ao desfavorecimento das condições financeiras em algumas partes do mundo, o declínio do crescimento económico em muitas das grandes economias antecipou-se ao que era previsto.

Desde a última crise económica, várias medidas conseguiram melhorar a estabilidade financeira, tanto a nível global como ao nível de cada país, mas o trabalho permanece incompleto em muitos aspetos. Devido à materialização de alguns riscos, como o aumento do protecionismo comercial, e também de uma perspetiva económica mais fraca em algumas das principais economias emergentes, registou-se uma maior disparidade nas taxas de crescimento entre os diferentes países.

Num contexto de elevada incerteza política, uma intensificação das tensões comerciais pode abalar os sentimentos dos mercados comerciais e financeiros, bem como estimular a sua volatilidade, diminuindo o investimento e o comércio. No mesmo sentido, um aumento das barreiras comerciais trará necessariamente ruturas nas cadeias de fornecimento globais, que se tornaram uma parte integrante do processo produtivo nas últimas décadas, bem como atrasar a expansão de novas tecnologias, levando à redução da produtividade e bem-estar globais.

Ainda assim, as condições dos mercados financeiros e de trabalho continuaram favoráveis, bem como os elevados níveis de confiança dos agentes económicos das principais economias avançadas.

2.1. A Nível Internacional e Europeu.

Ao longo do primeiro semestre de 2018, o crescimento do PIB mundial manteve-se robusto, mas notou-se alguma disparidade na evolução da atividade entre as diversas economias, tendo-se verificado um abrandamento do crescimento na área do euro, no Reino Unido e no Japão, e o oposto nos Estados Unidos. Segundo dados do Banco de Portugal, nos Estados Unidos registou-se um aumento em termos homólogos de 2,7% do PIB, ficando acima do ritmo de crescimento registado ao longo de 2017, o que reflete a manutenção do crescimento do consumo privado e das condições monetárias e financeiras favoráveis, bem como da aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e das exportações, não esquecendo a melhoria continuada da situação no mercado de trabalho. Para a área do euro, como já referido, a atividade económica registou um abrandamento face ao crescimento forte registado em 2017, ainda assim mantendo um crescimento robusto (2,3% em termos homólogos, face a 2,8% no segundo semestre de 2017). No Reino Unido, o PIB aumentou 1,2% em termos homólogos, mas ficou abaixo do crescimento registado no segundo semestre de 2017 (1,5%). Em termos anuais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um crescimento do



PIB mundial de 3,7%.

A expansão da atividade foi acompanhada de um aumento moderado da inflação total, impulsionada pelo aumento dos preços de energia nos primeiros seis meses do ano, com comportamentos diferenciados entre as maiores economias. Nas economias avançadas, a inflação core (excluindo produtos alimentares e energéticos) continuou abaixo dos objetivos dos bancos centrais. Na área do euro, para a primeira metade de 2018 a inflação aumentou face ao final de 2017, depois de alguma irregularidade nos primeiros meses do ano. Já nas economias emergentes, excluindo a hiperinflação da Venezuela, a inflação core permaneceu abaixo da média dos últimos anos.

Segundo dados do FMI, a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) excluindo bens alimentares e energéticos situou-se em torno dos 1,0% durante o primeiro semestre de 2018, superando os níveis particularmente baixos registados em 2014 e 2015. Para o conjunto do ano, prevê-se um aumento da inflação, tanto nas economias avançadas - onde se prevê uma taxa de 2,0%, comparando com 1,7% no ano anterior - como nas emergentes e em desenvolvimento (excluindo a Venezuela) - de 4,3% para 5,0% -, refletindo os recentes aumentos nos preços dos bens. Para a área do euro, o BCE prevê que a inflação homóloga medida pelo IHPC se situe nos 1,8% em 2018.

Em relação às transações económicas, num contexto de desaceleração da atividade global e de tensões comerciais associadas a anúncios de políticas protecionistas, a taxa de crescimento do comércio mundial de bens desacelerou para os 4,4% no primeiro semestre de 2018, comparando com os 5,2% registados no segundo semestre de 2017, ainda assim continuando num ritmo de crescimento sólido. Quanto às importações, verificou-se também um abrandamento nas economias avançadas.

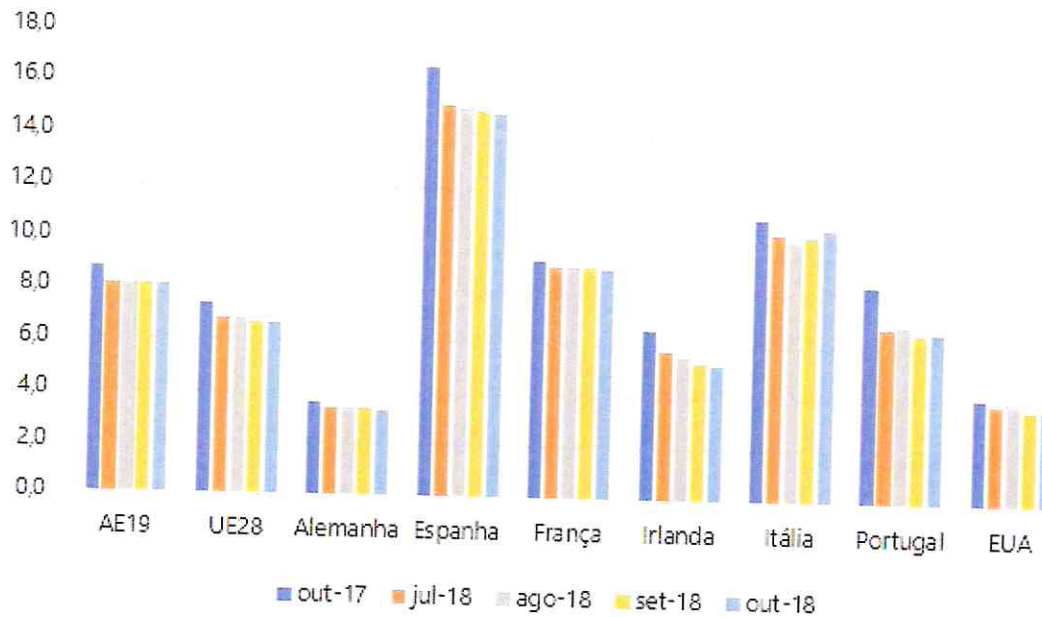
Na Europa, tanto as exportações como as importações desaceleraram na área do euro e no Reino Unido. Ainda assim, para a área do euro registou-se um crescimento do consumo privado ao longo do primeiro semestre de 2018, apesar de ligeiramente inferior ao verificado em 2017, continuando a ser suportado pelas condições financeiras favoráveis e pela melhoria do mercado de trabalho. Já no Reino Unido, ficou ligeiramente abaixo do registado em 2017, situando-se nos 1,1%. No mesmo período, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) registou um crescimento de 2,4% na área do euro, em termos homólogos, representando, ainda assim, uma desaceleração face aos 2,9% registados no segundo semestre de 2017. Também a procura interna manteve um crescimento robusto, em particular a FBCF. Quanto à procura externa, o BCE prevê que esta se situe nos 4,3% em 2018. No Reino Unido, verificou-se um abrandamento notório da FBCF no primeiro semestre de 2018, de 3,3% para 1,1%, em grande parte devido aos elevados níveis de incerteza dos investidores empresariais, no seguimento das dificuldades ao nível das negociações referentes à saída da União Europeia. Em relação às administrações públicas, o BCE estima que o défice orçamental da área do euro tenha diminuído significativamente em 2018, espelhando as condições cíclicas favoráveis e a descida dos pagamentos de juros.

Em relação às economias emergentes, continuou a registar-se uma expansão económica idêntica à de 2017, apesar da taxa de crescimento ter sido mais diversificada entre as maiores economias, tendo-se registado um crescimento forte na China e na Índia, mas uma desaceleração no Brasil e na Turquia, tendo o aumento do preço do petróleo impulsionado o crescimento nas economias exportadoras de petróleo na África Subsariana e no Médio Oriente.

Quanto ao emprego, na área do euro continuou a registar-se um aumento, tendo-se situado cerca de 2,0% acima do nível mais alto atingido antes da crise, segundo dados do Banco de Portugal. O número de cidadãos empregados aumentou 0,3% no último trimestre de 2018, segundo dados do Eurostat, o que representa um aumento de 1,2% em termos homólogos. Quanto à taxa de desemprego, segundo dados do BCE, no terceiro trimestre de 2018 verificou-se uma descida para os 8,1%, atingindo o nível mais baixo observado desde finais de 2008. Apesar destes resultados, alguns países da área do euro ainda apresentam uma taxa de desemprego elevada, em alguns casos acima dos valores registados há dez anos. Nos Estados Unidos registaram-se as

taxas de desemprego mais baixas desde 2000, verificando-se um aumento salarial mais moderado do que em 2017, refletindo, em parte, os níveis mais baixos de produtividade devidos às tensões comerciais, nomeadamente com a China.

% Total Desemprego Ajustado à Sazonalidade (Eurostat)



Quanto ao petróleo, este apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018, tendo o preço do Brent, nos primeiros nove meses do ano, apresentado uma tendência ascendente, atingindo cerca de 86 USD/barril, resultante do prolongamento dos cortes na produção acordados entre os países da OPEP, do colapso da produção na Venezuela e das expectativas de redução das exportações do Irão. Por outro lado, a reunião dos países produtores de petróleo que teve lugar no final de junho fez alterar esta trajetória, tendo sido acordado o aumento da produção de petróleo, o que levou a uma baixa do preço do barril para 71 dólares. Nos últimos meses do ano, verificou-se um significativo crescimento da produção nos EUA, o que levou a uma queda de mais de 20% no preço do petróleo durante o mês de outubro, situando-se perto dos 67 USD/barril, um valor mais próximo dos registados no início do ano.

Em relação aos mercados financeiros, ao longo do primeiro semestre de 2018 registaram-se diversos picos de volatilidade, relacionados com a aplicação de medidas protecionistas dos EUA, bem como à instabilidade política em alguns países da área do euro. Quanto aos principais índices acionistas, registaram-se valores muito diferenciados desde finais de 2017, destacando-se a valorização do índice norte-americano e o desempenho muito negativo do índice chinês, sendo que na área do euro e no Japão também se notou uma queda, apesar de mais contida.

A Direção 





No mercado obrigacionista, as condições nos mercados de obrigações soberanas permaneceram estáveis no último trimestre de 2018, à exceção do mercado italiano, devido à incerteza política envolta nesse país. Quanto às taxas de juro da dívida pública, observou-se uma subida nos EUA e no Reino Unido, sendo que na área do euro registou-se uma maior volatilidade. As yields a longo prazo e os spreads soberanos cresceram genericamente, tendo, em meados de setembro, a yield a 10 anos do Tesouro dos EUA subido para cerca de 3,0%, enquanto que as yields alemãs desceram para 0,45%, e as do Reino Unido permanecido nos 1,5%, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

No mercado cambial, no primeiro semestre de 2018, registou-se uma tendência de apreciação das moedas das economias avançadas, especialmente do dólar norte-americano – que desde fevereiro tem-se fortalecido em 6,5% em termos efetivos, segundo dados do FMI -, e de depreciação das moedas das economias emergentes, excluindo a China, pelo menos até ao final de junho onde, devido às tensões comerciais com os EUA, começou a registar-se uma depreciação da moeda chinesa. Em relação ao euro, nos últimos meses verificou-se um enfraquecimento de cerca de 1% em termos nominais, registando uma depreciação de 1,7% no último trimestre de 2018, devido à depreciação contra o yen japonês e da libra, tendo-se também registado uma depreciação face ao renminbi da China (1,7%), ao real do Brasil (15,5%) e ao rublo da Rússia (5,3%), segundo dados da Comissão Europeia e do BCE. Ainda assim, desde novembro que o euro conseguiu manter-se estável em relação ao dólar americano.

Assim, e tendo por base dados do BCE, a cotação EUR/USD no início de 2018 situava-se nos 1,2065, tendo apresentado um perfil ascendente até meados de abril, registando-se de seguida uma queda até meados de agosto, onde chegou a atingir os 1,137, começando depois a apresentar uma maior volatilidade até ao final do ano, tendo fechado com 1,145. O perfil foi idêntico quanto à cotação EUR/CHF, mas com uma maior volatilidade, tendo começado nos 1,1718, atingindo o valor máximo de 1,1986 no final de abril e o valor mínimo de 1,1275 em setembro, terminando o ano nos 1,1269. Quanto à libra esterlina, verificou-se uma elevada volatilidade ao longo do ano, apesar das taxas cambiais iniciais e finais face ao EUR não terem praticamente sofrido alteração (0,88953 e 0,89453, respetivamente). Em relação ao iene, verificou-se uma trajetória descendente ao longo do ano, tendo começando em 135,35 e terminando com 125,85.

2.2 A nível Nacional

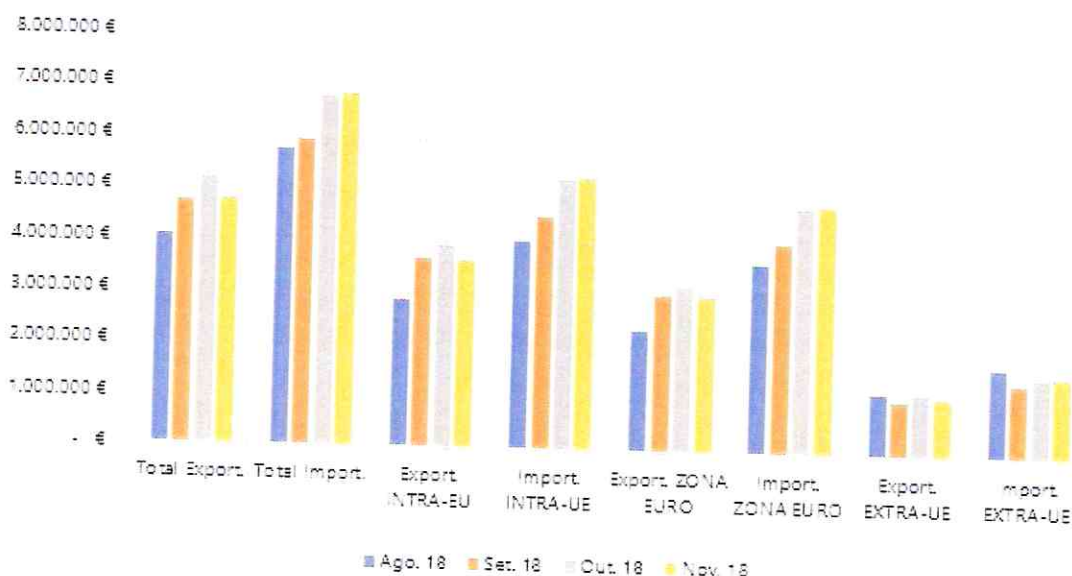
Os mais recentes dados disponibilizados pelo Banco de Portugal apontam para uma continuação da expansão económica em 2018, embora a um ritmo mais moderado e inferior ao observado em 2017, influenciado por uma procura externa menos dinâmica, notando-se, contudo, um enquadramento externo favorável à economia portuguesa. Durante o primeiro semestre de 2018, registou-se um crescimento do PIB de 2,3% em termos homólogos, 0,2% abaixo do registado no segundo semestre de 2017. Para o conjunto do ano, as projeções do Banco de Portugal encontram-se alinhadas com as da Comissão Europeia, prevendo um crescimento do PIB de 2,1%.

Este ritmo mais moderado de crescimento da atividade económica influenciou as exportações e a FBCF, que desaceleraram no primeiro semestre de 2018. Esta última reduziu para 4,0% no primeiro semestre de 2018, em comparação com os 7,7% registados no segundo semestre de 2017, em grande parte devido ao segmento da construção, com o crescimento muito forte do investimento em obras públicas verificado em 2017. Em relação às exportações, cresceram 6,0% no mesmo período, após um aumento de 6,7% no segundo semestre de 2017. Este menor crescimento resulta da conjugação de uma ligeira aceleração do crescimento das exportações de bens, em particular no setor automóvel, com uma desaceleração das exportações de serviços, principalmente no tocante ao turismo, tendo os exportadores portugueses de bens e serviços continuado a ganhar quota nos mercados externos, apesar do ganho ter sido inferior ao verificado no ano de 2017. Quanto às importações, verificou-se uma desaceleração, passando de um crescimento de 7,9% no segundo semestre de 2017 para 6,4% no primeiro semestre de 2018, tanto na componente de bens como de serviços, apesar de mais acentuada no segundo caso.

A evolução das exportações portuguesas encontra-se em linha com a desaceleração da procura externa, que cresceu apenas 3,4% em termos homólogos no primeiro semestre de 2018, abaixo dos 4,9% registados na segunda metade de 2017, refletindo o abrandamento das importações intra-área do euro. Por outro lado, registou-se uma ligeira aceleração do consumo privado tendo, no mesmo período, crescido 2,5% em termos homólogos, refletindo o crescimento do rendimento disponível real das famílias e os níveis historicamente elevados da confiança dos consumidores.

No primeiro semestre de 2018, o VAB registou um crescimento em termos reais de 1,8% face ao período homólogo que, tal como em anos anteriores, foi inferior ao crescimento do PIB, refletindo o abrandamento do crescimento dos impostos líquidos de subsídios. Em relação à inflação, a taxa média foi de 1,2% em 2018, segundo dados da Comissão Europeia, mostrando alguma volatilidade ao longo do ano, representando uma diminuição de 0,5% em relação a 2017, associada sobretudo ao comportamento dos preços dos serviços.

Evolução Comércio Internacional (INE)
Valores Mensais (10³ EUR)



Abelino Nader
João António



Em relação à balança corrente de capital, segundo o Banco de Portugal, a mesma registou um défice de 1,7% do PIB, superior em 0,8% em relação ao período homólogo, essencialmente devido ao aumento do défice da balança de bens – de 5,8% do PIB no primeiro semestre de 2017 para 6,7% no primeiro semestre de 2018, refletindo o crescimento em volume mais forte das importações do que das exportações – e da balança de rendimento primário, cujo défice aumentou 0,4% nos mesmos períodos, situando-se nos 3,7%. De frisar também, em sentido oposto, o aumento do excedente da balança de serviços, também em 0,4%, ficando em 6,7% do PIB.

Em termos da balança financeira, Portugal continuou a ser recetor líquido de fundos, tal como ocorreu no primeiro semestre de 2017. No primeiro semestre de 2018, esta balança ficou caracterizada por uma alteração do perfil dos setores institucionais que investiram e se financiaram no exterior, sendo que as sociedades não financeiras reduziram o seu financiamento externo, enquanto que as administrações públicas obtiveram um financiamento externo marginalmente positivo. A estabilidade das condições de financiamento dos bancos tem sido acompanhada de uma aceleração do crédito bancário, num quadro em que as taxas de juro estão em níveis historicamente baixos.

A capacidade de financiamento da economia portuguesa foi de 0,7% do PIB no primeiro semestre de 2018, registando uma diminuição de 0,4% face a 2017, refletindo o aumento do investimento e a redução da poupança em rácio do PIB. Ainda assim, o endividamento da economia portuguesa face ao exterior mantém-se em níveis muito elevados, tanto em termos históricos como em comparação a outros países da área do euro. Em novembro, a dívida pública voltou a registar um novo máximo histórico, superando já os 251 mil milhões de euros. Apesar do aumento nominal, continuou a registar-se uma dinâmica descendente da dívida pública em rácio do PIB, tendo-se situado nos 124,9% no final do primeiro semestre de 2018, o que representa uma quase estabilização face ao final de 2017 (124,8%), devido à conjugação de um excedente primário com uma taxa de juro do stock da dívida inferior ao crescimento nominal da economia, ainda assim permanecendo uma das mais elevadas da área do euro. Esta é uma área fundamental para a economia portuguesa, uma vez que os elevados níveis de endividamento continuam a ser uma das suas principais vulnerabilidades.

Segundo dados do INE, o défice das administrações públicas situou-se em 1,9% na primeira metade de 2018 o que, em comparação com o período homólogo, corresponde a uma redução de 4,2%. A receita corrente registou um crescimento de 3,1% no primeiro semestre, resultado do forte crescimento da receita de impostos sobre a produção e importação e das contribuições sociais efetivas, que mais do que compensaram a queda registada na coleta dos impostos sobre o rendimento e o património - tendo registado uma diminuição homóloga de 1,5%, em parte explicada pelo diferente perfil de pagamento de reembolsos em sede de IRS e do diferimento do prazo do pagamento da autoliquidação do IRC -, destacando o aumento de 4,0% da receita de IVA, influenciada pelas alterações na cobrança do IVA sobre as importações extra-UE. Já o crescimento das rubricas de capital, ficaram aquém das estimativas para o conjunto do ano (6,3% que compara com 28,7%), podendo estar associado a uma execução de fundos comunitários abaixo do previsto.

Por fim, em relação aos mercados de dívida soberana, a taxa de juro média dos leilões de Bilhetes do Tesouro, no que respeita às emissões de curto prazo, situou-se em -0,35% em 2018, o que compara com os -0,25% de 2017. Já nas taxas de colocação a longo prazo, na maturidade de 9-10 anos, a taxa média dos leilões foi de 1,8%, menos 1,2% do que em 2017.

Quanto ao mercado de trabalho, a recuperação da atividade produtiva contribuiu para a sua melhoria, registando-se um crescimento robusto do emprego e uma queda acentuada da taxa de desemprego. Em relação ao primeiro, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, registou-se um crescimento de 2,8% em termos homólogos no primeiro semestre de 2018, ainda assim traduzindo uma desaceleração de 0,5% face ao segundo semestre de 2017. Apesar desta desaceleração, continuou a exceder o crescimento da atividade. Quanto à taxa de desemprego, situou-se nos 7,0% em 2018, tendo diminuído 1,9% relativamente a 2017, tendo-se registado no segundo trimestre de 2018 o valor mais baixo desde o segundo trimestre de

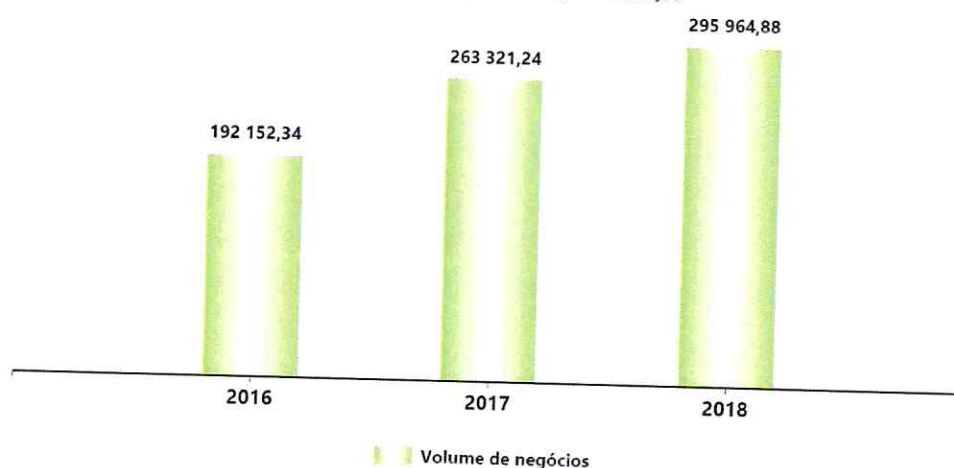
2004. Já o número de desempregados, em 2018 diminuiu 20,9% em relação ao ano anterior, o que poderá contribuir para um maior crescimento dos salários. Contudo, devido ao cenário de evolução demográfica adversa, com uma tendência de redução da população residente e respetivo envelhecimento, o crescimento da população ativa tem abrandado, tendo-se registado em 2018, em termos de média anual, um aumento de apenas 0,3% face a 2017, o que compara com um crescimento de 0,8% no conjunto deste último.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2018 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 295 964,88 €, representando uma variação de 12,39% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações Serviços



Estrutura de Rendimentos



A Direção

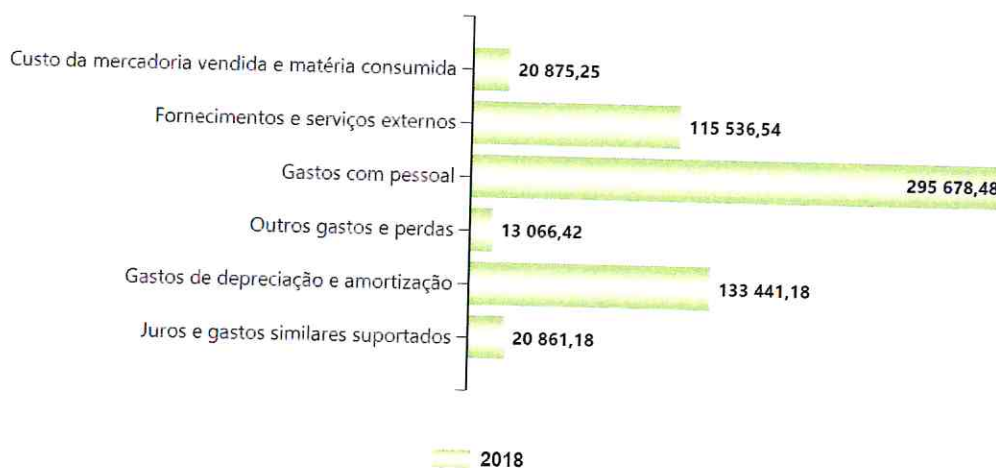
Adelina Redondo
José Rui Almeida

Como se pode verificar pela análise do gráfico da estrutura de rendimentos, a rubrica que merece maior relevância refere-se a "prestação de serviços" a qual engloba essencialmente quotas dos utilizadores, teve um acréscimo comparado com o ano de 2017, tendo registado um valor em 2018 de 295.964,88 €, e de 263.321,14 € em 2017.

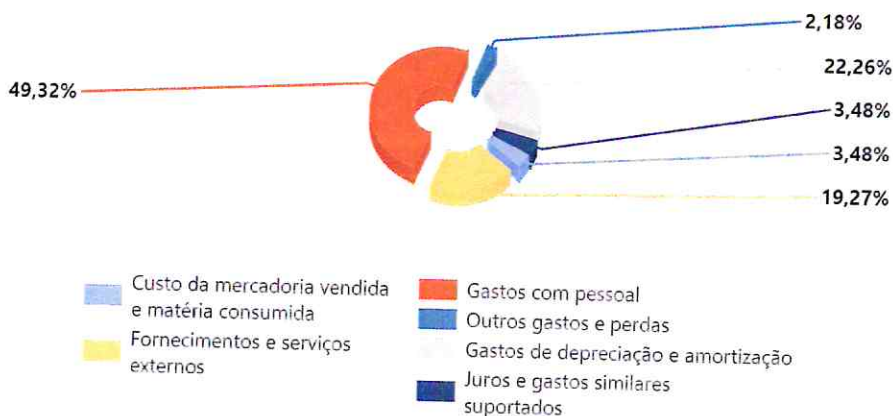
A rubrica de "outros rendimentos" totalizou 269.945,43 €, decomposta por subsídios à exploração no valor de 203.336,51 € e outros rendimentos no valor de 66.608,92 €. A rubrica de outros rendimentos é subdividida em ganhos em subsídios para investimentos, 65.516,36 €, rendas de imóveis, 900,00 €, juros de dividendos 145,00 € e outros ganhos 47,56 €.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



Estrutura de Gastos Percentual



A Direção

Mano Alves
Adriano Redondo
Jose António Almeida

O total de gastos incorridos no ano de 2018 no valor de 599.459,05 € registaram um acréscimo na ordem dos 9,00%, face a 2017 que totalizaram a importância de 553.400,35 €.

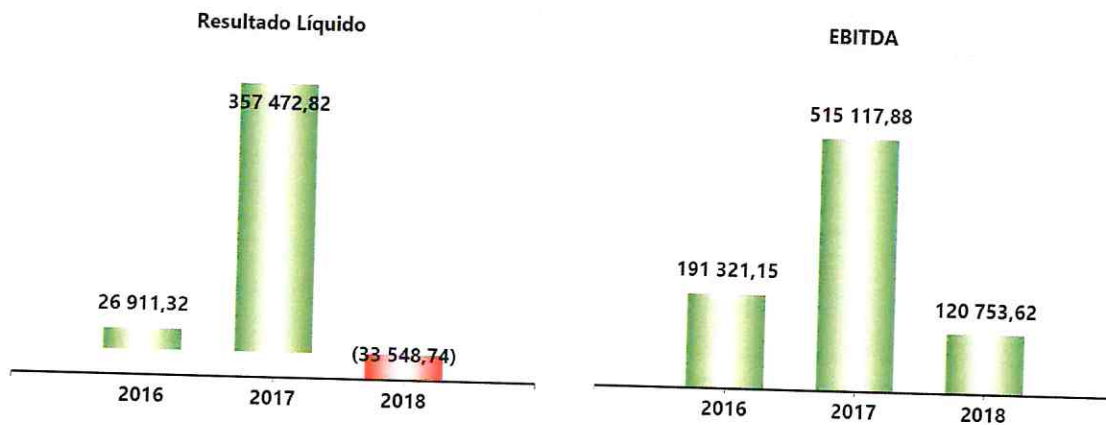
Da análise à evolução dos gastos, constata-se que a rubrica de "gastos com o pessoal" foi a que teve maior impacto nos gastos, num total de 295.678,48 €, ao passo que em 2017 cifrou-se em 251.910,84 €, este aumento deve-se à contratação de mais pessoal para melhoria da qualidade de serviços prestados em cada uma das valências.

As restantes rubricas também sofreram aumentos, a de "fornecimentos e serviços externos" passou de 113.482,64 € para 115.536,54 €, a de "custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas", passou de 20.030,83 € para 20.875,25 €, a rubrica de "outros gastos" aumentou de 10.330,98 € para 13.066,42 €. As restantes rubricas diminuíram ligeiramente, a de "gastos de depreciação e amortização" de 134.017,34 € para 133.441,18 € e a rubrica de "juros e gastos suportados" também sofreu uma ligeira diminuição, esta passou de 23.627,72 € para 20.861,18 €.

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2018	2017	2016
Gastos com Pessoal	295 678,48	251 910,84	197 265,32
Nº Médio de Pessoas	26,00	24,00	19,00
Gasto Médio por Pessoa	11 372,25	10 496,29	10 382,39

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



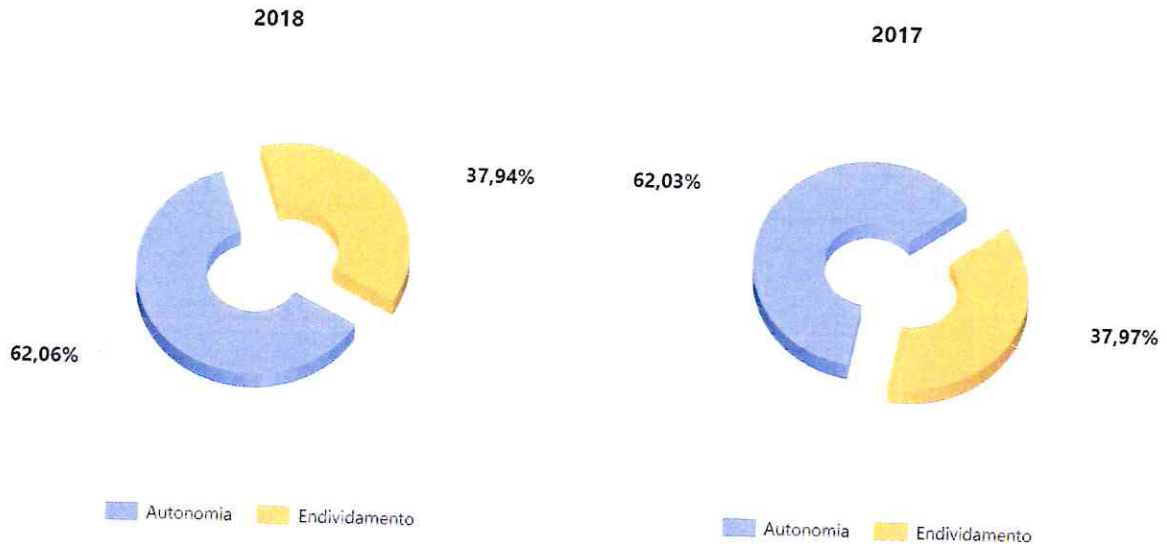
O EBITDA (resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) do exercício económico de 2018 apresenta um resultado positivo de 120.753,62 €.

O resultado líquido apurado neste exercício foi negativo em 33.548,74 €.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

A Direção

Luís Alves
Felina Redal
José Di. Manuel Silva



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2018		2017	
Ativo não corrente	1 571 742,11	89 %	1 725 450,91	89 %
Ativo corrente	197 806,88	11 %	204 729,97	11 %
Total ativo	1 769 548,99		1 930 180,88	

RUBRICAS	2018		2017	
Capital Próprio	1 098 210,32	62 %	1 197 275,42	62 %
Passivo não corrente	473 026,35	27 %	515 875,16	27 %
Passivo corrente	198 312,32	11 %	217 030,30	11 %
Total Capital Próprio e Passivo	1 769 548,99		1 930 180,88	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A CASA DO POVO DE ESCARIZ no período económico findo em 31 de dezembro de 2018 realizou um resultado líquido de -33 548,74€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

- Resultados Transitados:..... 33.548,74 €.

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

Num contexto de maturação do ciclo económico, as projeções macroeconómicas do BCE apontam para uma recuperação do crescimento no curto prazo, refletindo a melhoria das condições no mercado de trabalho, balanços mais robustos e uma diminuição gradual dos estímulos de política monetária e orçamental nas

A Direção

Adelino Rebelo
Jose Da Graça Lopes

principais economias avançadas – nomeadamente nos EUA – bem como da desaceleração da economia chinesa. Tanto para 2019 como para 2020, o FMI prevê que o crescimento global se mantenha nos 3,6% e, posteriormente, deverá diminuir 1% até 2023.

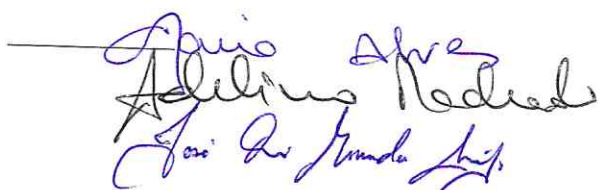
Nas economias avançadas, o crescimento deverá descer para os 2,1% em 2019. Mais concretamente, para os Estados Unidos, é expectável que o crescimento decresça em 2019 e 2020, devido às recentes medidas de comércio anunciadas, bem como ao abrandamento do estímulo fiscal. Também para a área euro e para o Reino Unido é projetável um decréscimo em 2019, sendo que para o primeiro o BCE projeta uma descida do PIB real anual para 1,7% em 2019 e 2020, e 1,5% em 2021, estando relacionado sobretudo com o enfraquecimento gradual do comércio mundial, pela crescente escassez da oferta de mão de obra em alguns países, e pelas condições financeiras ligeiramente menos favoráveis. Quanto ao Reino Unido, a sua política monetária deverá manter-se flexível, em resposta às alterações das condições associadas às negociações do *Brexit*. Durante os próximos cinco anos, a dívida pública deverá diminuir em grande parte das maiores economias, projetando-se também um crescimento robusto do investimento, em cerca de 5,5%, segundo dados do FMI. Investir em infraestruturas físicas e digitais poderá fomentar o crescimento nas economias avançadas.

Já nas economias emergentes, o crescimento deverá manter-se nos 4,7% até 2019, refletindo o fortalecimento da atividade das economias exportadoras de bens, sendo projetável um crescimento nos países exportadores de petróleo, mas espera-se um decréscimo em economias como a Argentina, Brasil, Irão e Turquia, entre outros, refletindo as condições financeiras mais restritivas e as tensões geopolíticas. Também se prevê uma descida de 0,3% no crescimento das economias emergentes da Ásia, em grande parte devido às medidas comerciais recentemente anunciadas, sendo, ainda assim, expectável que a sua expansão se mantenha.

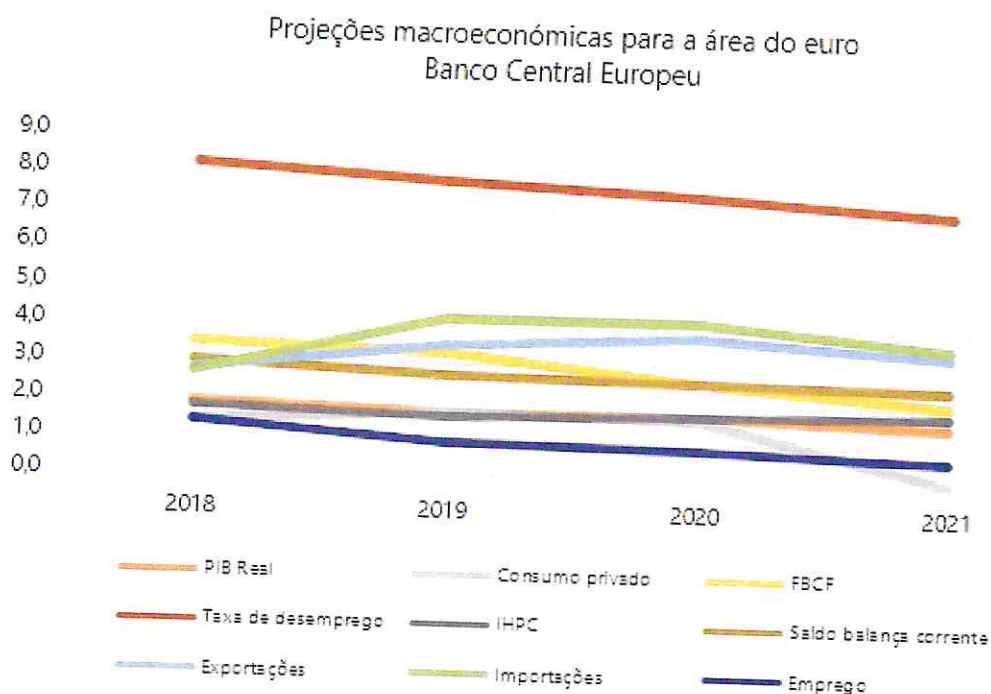
Em relação à taxa de desemprego, segundo o BCE, é espectável que esta desça para 7,1% em 2021, continuando a registar-se uma diminuição do número de desempregados, aproximando-se dos níveis mínimos anteriores à crise financeira, projetando-se também um aumento da remuneração por trabalhador, prevendo-se situar nos 2,7% em 2021. Ainda assim, o crescimento do emprego, entre 2019 e 2020, deverá abrandar substancialmente, devido sobretudo ao aumento da escassez de oferta de mão de obra em alguns países. A expansão da população ativa deverá manter-se, apesar de mais moderada, refletindo os valores líquidos relativos à imigração de trabalhadores e à integração de refugiados. Contudo, espera-se também que estes valores sofram gradualmente com o impacto do envelhecimento da população, que continuará a ser superior à entrada de jovens no mercado de trabalho. Estima-se que até 2035 nos países de baixo rendimento, o número de pessoas a chegar à idade laboral exceda as do resto do mundo em conjunto. Criar novos empregos que absorvam estas novas entradas será vital para o bem-estar social e político.

Quanto à inflação, na área do euro prevê-se uma diminuição da inflação dos preços dos produtos energéticos e dos preços dos futuros do petróleo bruto, sendo que a inflação homóloga medida pelo IHPC deverá situar-se nos 1,6%, aumentando 1% nos anos seguintes, até 2021. Para os EUA, espera-se que a inflação se situe em torno dos 2,1% até 2020, segundo estimativas do *Federal Open Market Committee*, um valor ligeiramente acima do objetivo de política monetária da Reserva Federal. No Reino Unido, segundo dados do Banco de Portugal, as projeções são para uma taxa de 2,0%, refletindo o desaparecimento gradual do impacto da depreciação passada da libra que influenciou a evolução da inflação durante o ano de 2017, e a acumulação gradual de pressões internas sobre os preços e os efeitos de alterações de impostos e tarifas de alguns produtos e serviços implementados ao longo deste ano.

Em relação às exportações, o seu crescimento irá atenuar-se em 2019, devido à desaceleração da procura externa. O consumo privado deverá manter-se resiliente, apoiado por condições de financiamento bancário favoráveis. O fornecimento global de petróleo deverá aumentar gradualmente no curto prazo, o que fará baixar os preços do petróleo situando-se, em termos médios anuais, em cerca de 66 USD/barril. No médio prazo, espera-se que o aumento nos preços dos produtos se dissipe, incluindo os preços do petróleo, que se deverão situar nos 60 USD/barril em 2023.



Quanto às administrações públicas, a melhoria global das perspectivas orçamentais é impulsionada, para além da evolução cíclica favorável, pelos pagamentos de juros mais baixos. Para a área do euro, em termos da projeção orçamental, após uma diminuição significativa em 2018, o BCE prevê um ligeiro aumento durante o corrente ano. Até 2021, o rácio do défice das administrações públicas deverá cair de 1,0% do PIB em 2017 para 0,6%, diminuição que também se espera ocorrer quanto ao rácio agregado da dívida pública, de 86,8% do PIB para 79,0% nos mesmos períodos, continuando, ainda assim, a exceder o valor de referência de 60% do PIB em vários países.



Já no médio prazo, o FMI projeta um abrandamento do crescimento global, sendo expectável um enfraquecimento das condições financeiras, devido à normalização das políticas monetárias. Nos EUA, deverá ser implementado um plano para reverter o aumento da dívida pública, acompanhado de medidas fiscais que impulsionem gradualmente a sua capacidade doméstica, de forma a assegurar uma maior sustentabilidade económica. Na área do euro, o BCE prevê uma continuação da expansão económica, com a diminuição das taxas de juro - implicando uma melhoria das condições de financiamento -, bem como da restritividade da política orçamental, do crescimento do consumo privado e do investimento. Esta expansão irá contribuir para um aumento das exportações e da procura externa. Contudo, existe um risco associado ao ajustamento abrupto nos mercados da dívida soberana, que poderá levar a tensões nos mercados financeiros e, consequentemente, a uma deterioração das condições de financiamento. Uma intensificação dos conflitos no Médio Oriente e em África poderá impulsionar os fluxos migratórios para a Europa, potencialmente aprofundando as divisões políticas.

Quanto às economias emergentes, as mesmas devem estar preparadas para um ambiente de maior volatilidade, no seguimento de alguns riscos verificados, bem como o esperado aumento das taxas de juro das economias avançadas. Muitos destes países continuam a lutar contra desafios não económicos, como o aumento das temperaturas, desastres naturais e conflitos internos. Muitos dos países de baixo rendimento continuam a enfrentar riscos substanciais, nomeadamente derivados do enfraquecimento das condições financeiras a nível global e da intensificação das tensões comerciais.

A Direção

João Alves
Adelino Nedeia
João da Cunha

Neste sentido, estes países devem tentar tirar proveito do atual ambiente de recuperação do crescimento global. O ambiente de contínua expansão oferece uma janela de oportunidades para políticas e reformas avançadas que possam estender este mesmo ambiente e melhorar o crescimento a médio prazo, enquanto se criam proteções para a próxima recessão, reforçando a resiliência a um meio onde as condições financeiras podem-se restringir de forma imprevista. Neste sentido, muitas das economias emergentes devem adotar reformas fiscais para garantir a sustentabilidade das suas finanças públicas.

Em resumo, políticas fiscais inclusivas, investimento na educação e garantir o acesso à saúde são uma prioridade, com o intuito de reduzir a desigualdade, sendo também de elevada importância políticas que encorajem a inovação tecnológica e que promovam a participação das forças de trabalho, especialmente a inclusão económica de mulheres e jovens. A interdependência económica é maior do que nunca – através do comércio, finanças, migração e impactos ambientais, por exemplo – e isso torna a cooperação em áreas comuns igualmente importante, incluindo para as economias avançadas. Os países precisam de trabalhar em conjunto, lidando com desafios que se estendem para lá das suas fronteiras, de forma a reduzir os custos comerciais, bem como reforçar a cibersegurança, combater a corrupção e mitigar as alterações climáticas.

5.2 Cenário Interno

Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa enfrenta importantes desafios, como sendo a evolução demográfica - devido à redução da população e ao seu envelhecimento -, o aumento dos níveis de capital por trabalhador e a necessidade de criar um enquadramento conducente a um maior crescimento do investimento, tanto em qualidade como em quantidade, uma vez que durante o recente período recessivo registou-se uma queda acentuada do investimento em Portugal.

No médio e longo prazo, Portugal continuará a enfrentar alguns constrangimentos ao crescimento, nomeadamente no respeitante ao investimento, apesar dos progressos realizados nos últimos anos no tocante ao funcionamento dos mercados e à redução do endividamento dos diversos setores da economia. No entanto, no curto prazo e num cenário de subutilização de recursos produtivos, é possível que a atividade económica possa crescer a um ritmo superior ao do produto potencial sem gerar pressões inflacionistas.

Até 2021, no alinhamento das projeções para a área do euro, a economia portuguesa também deverá continuar com a trajetória de crescimento da atividade, embora verificando alguma desaceleração, ligada à fase de maturação do ciclo económico. Neste sentido, o PIB deverá situar-se nos 1,8% em 2019, e descer 1% em cada ano do horizonte de projeção, estimando-se um crescimento médio anual entre os 3,5% e os 4%, em comparação com os 7,8% registados em 2017. Para este ritmo menos positivo contribuirá a desaceleração das exportações, bem como o aumento das importações, que deverão em 2020 ter uma variação próxima de 5%. Por outro lado, o aumento do turismo poderá contribuir positivamente para o crescimento económico, apesar de apresentar um perfil de desaceleração, prevendo-se que este seja superior à procura externa, que deverá permanecer estável ao longo do horizonte de projeção, aproximando-se do ritmo previsto para o comércio mundial. No final deste intervalo temporal, as exportações em termos reais deverão atingir um crescimento de cerca de 70% face ao nível observado antes da crise financeira, contribuindo em 50% para o valor do PIB desse ano.

Ainda no curto prazo, a economia portuguesa deverá manter a sua capacidade líquida de financiamento face ao exterior, à semelhança do observado desde 2012, medida pelo saldo conjunto da balança corrente e de capital, que deverá permanecer estável ao longo do horizonte de projeção, situando-se nos 1,3% até 2020, idêntico à média verificada em 2017, aumentando para 1,6% em 2021.

Até 2020, irá sentir-se uma redução do défice da balança de rendimento primário, refletindo o perfil projetado para os juros da dívida pública - cuja taxa de juro implícita permanecerá ligeiramente abaixo dos 3% no horizonte 2019-2020 - e, por outro lado, o aumento do saldo da balança de capital, em grande parte devido à evolução dos recebimentos de fundos comunitários, o que se traduzirá numa alteração da



composição do saldo das balanças correntes e de capital, uma vez que a redução do saldo da balança de bens e serviços será compensada pela evolução das balanças de rendimento primário e de capital.

Esta taxa de juro implícita da dívida pública aponta para uma desaceleração do investimento público, que irá pesar na FBCF, a qual deverá manter uma elasticidade face ao PIB superior à média histórica, esperando-se uma desaceleração de 6,6% em 2019 para 4,9% em 2021, essencialmente devido ao investimento empresarial que, até ao final do horizonte de projeção, deverá ultrapassar o nível registado no início da crise financeira em 2008. Este dinamismo irá ter um peso importante no PIB em 2021 (de 14,3%).

Em relação ao emprego, após ter-se verificado um crescimento muito dinâmico em 2017, estima-se que este continue com essa trajetória, mas de forma menos acentuada. Também na taxa de desemprego se verificará uma continuação da trajetória descendente, apesar de num ritmo mais moderado do que o verificado nos últimos 3 anos, devendo atingir os 5,3% em 2021. Estes resultados irão dever-se essencialmente à evolução positiva do emprego no setor privado, uma vez que se projeta uma desaceleração do emprego público. Devido ao aumento do salário mínimo em 2018, irá verificar-se, no curto prazo, uma aceleração dos salários e dinamização do emprego, esperando que se retomem aos valores médios históricos ao longo de 2019-2021. No longo prazo, o capital humano deverá permanecer como um fator potencial do crescimento, devendo notar-se um ligeiro aumento da população ativa ao longo do horizonte de projeção, para o qual contribui o gradual aumento da idade da reforma e a continuação do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que também contribuirá para o aumento da produtividade, fator crucial para um maior crescimento da economia portuguesa.

Voltando ao horizonte de projeção 2019-2021, o aumento dos custos salariais, bem como das margens de lucro, levarão a um ligeiro aumento da inflação, que deverá apresentar um perfil moderadamente ascendente, situando-se em média nos 1,5% (medida pela taxa de variação do IHPC). Ainda assim, esta deverá manter-se abaixo dos valores projetados para a área do euro. Este aumento dos custos salariais, provocará também uma variação positiva no consumo que, ainda assim, deverá registar uma desaceleração até 2021, devido essencialmente ao abrandamento da componente de bens não duradouros, em linha com a evolução do rendimento real disponível.

Por fim, na origem dos principais riscos às atuais projeções encontra-se o enquadramento externo, sendo o aprofundamento de mecanismos que permitam uma coordenação macroeconómica mais eficaz, uma partilha eficiente do risco e uma maior resiliência a choques desfavoráveis, essencial para garantir a estabilidade macroeconómica e as condições para o crescimento económico no futuro.

5.3 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que no futuro próximo a entidade mantenha o nível da atividade consolidado ao longo dos tempos.

6 - Outras Informações

A CASA DO POVO DE ESCARIZ não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2018.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.


Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal. Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da CASA DO POVO DE ESCARIZ.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.



Balço - (modelo para ESNL) em 31-
12-2018
(montantes em euros)

CASA DO POVO DE ESCARIZ

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 564 887,42	1 621 011,82
Ativos intangíveis	5	1 274,34	
Outros créditos e ativos não correntes		5 580,35	104 439,09
		1 571 742,11	1 725 450,91
Ativo corrente			
Créditos a receber	10	39 363,24	41 605,01
Diferimentos		4 395,44	3 905,99
Caixa e depósitos bancários	15	154 048,20	159 218,97
		197 806,88	204 729,97
Total do ativo		1 769 548,99	1 930 180,88
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	8 101,70	8 101,70
Resultados transitados		404 769,37	47 296,55
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	9	718 887,99	784 404,35
Resultado líquido do período		(33 548,74)	357 472,82
Total dos fundos patrimoniais		1 098 210,32	1 197 275,42
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6;10	473 026,35	515 875,16 ✓
		473 026,35	515 875,16
Passivo corrente			
Fornecedores	10	32 299,51	24 479,21
Estado e outros entes públicos	14	6 525,03	5 226,36
Financiamentos obtidos	6;10	84 145,32	125 372,40 ✓
Outros passivos correntes	10;11	75 342,46	61 952,33
		198 312,32	217 030,30
Total do passivo		671 338,67	732 905,46
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 769 548,99	1 930 180,88

A Direção

Opúsculo
Abelino Redead
Jose Di Miranda

Contabilista Certificado N° 23260

[Assinatura]

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2018
(montantes em euros)**

CASA DO POVO DE ESCARIZ

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	295 964,88	263 321,24
Subsídios, doações e legados à exploração	9	203 336,51	574 932,69
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(20 875,25)	(20 030,83)
Fornecimentos e serviços externos	8	(115 536,54)	(113 482,64)
Gastos com o pessoal	11	(295 678,48)	(251 910,84)
Outros rendimentos	8	66 608,92	72 619,24
Outros gastos	8	(13 066,42)	(10 330,98)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		120 753,62	515 117,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	(133 441,18)	(134 017,34)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(12 687,56)	381 100,54
Juros e gastos similares suportados	6	(20 861,18)	(23 627,72)
Resultado antes de impostos		(33 548,74)	357 472,82
Resultado líquido do período		(33 548,74)	357 472,82

A Direção

Arquês Dias
Adriano Pedraza
João B. Miranda Lúcia

Contabilista Certificado Nº 23260



**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em 31
-12-2018
(montantes em euros)**

CASA DO POVO DE ESCARIZ

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		297 376,88	263 321,24
Pagamentos a fornecedores		120 708,43	110 569,08
Pagamentos ao pessoal	11	293 479,38	254 100,43
Caixa gerada pelas operações		(116 810,93)	(101 348,27)
Outros recebimentos/pagamentos		328 501,73	101 668,90
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		211 690,80	320,63
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	76 679,70	22 522,96
Ativos intangíveis	5	1 911,42	
Investimentos financeiros		98 858,74	104 165,12
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		65 516,36	65 516,36
Juros e rendimentos similares		145,00	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(111 788,50)	(61 171,72)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	6		391 153,19
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	6	84 075,89	166 596,23
Juros e gastos similares	6	20 997,18	23 627,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(105 073,07)	200 929,24
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(5 170,77)	140 078,15
Caixa e seus equivalentes no início do período		159 218,97	19 140,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período		154 048,20	159 218,97

A Direção

Opinião DWS
Adelino Redondo
João R. Mendes

Contabilista Certificado N.º 23260


RESULTADOS POR VALÊNCIAS

Código das Contas	DESIGNAÇÃO	VALÊNCIAS			TOTAL
		CRECHE	LAR	OUTRAS AT. SOCIAIS	
71	Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestações	6.476,30	289.488,58	0,00	295.964,88
721	Matriculas e mensalidades	6.476,30	289.000,58	0,00	295.476,88
722/9	Outras	0,00	488,00	0,00	488,00
74	Trabalhos para a própria Instituição	0,00	0,00	0,00	0,00
748	Para autoconsumos	0,00	0,00	0,00	0,00
741/5	Para outros	0,00	0,00	0,00	0,00
781/8	Rendimentos suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Comparticipações e subsídios à exploração	54.403,45	151.318,86	0,00	203.336,51
7513	Segurança Social	54.164,87	145.404,51	0,00	199.569,38
7515	Autarquias	0,00	0,00	0,00	0,00
7514	FEDER	0,00	0,00	0,00	0,00
7516	Outras	238,58	2.147,22	0,00	2.385,80
758	De outras entidades	0,00	3.767,13	0,00	3.767,13
7	Outros proveitos operacionais	6.660,91	59.948,01	0,00	66.608,92
	Varição da produção	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal (1)	67.540,66	500.755,45	0,00	565.910,31
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	9.416,82	11.458,43	0,00	20.875,25
612	Géneros alimentares	0,00	0,00	0,00	0,00
61-61211	Outros	9.416,82	11.458,43	0,00	20.875,25
62	Fornecimentos e serviços externos	11.037,91	104.498,63	0,00	115.536,54
6241/3	Electricidade, combustível, água e outros fluidos	2.960,94	26.648,43	0,00	29.609,37
6233	Material de escritório	196,97	1.772,50	0,00	1.969,47
6226/8	Reparação, conserv adapt em equip edif	412,96	3.947,04	0,00	4.360,00
*	Outros fornecimentos e serviços externos	7.467,04	72.130,66	0,00	79.597,70
63	Gastos com o pessoal	81.978,94	213.699,54	0,00	295.678,48
63231	Remunerações certas	49.350,67	128.120,00	0,00	177.470,67
63232	Remunerações adicionais	18.235,84	46.168,81	0,00	64.404,65
635	Formação profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
6352	Encargos sobre remunerações	13.796,21	35.437,49	0,00	49.233,70
636	Seguros	352,08	2.805,58	0,00	3.157,66
638	Outros custos com o pessoal	244,14	1.167,66	0,00	1.411,80
64	Gastos de depreciação e de amortização	13.344,12	120.097,06	0,00	133.441,18
67	Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
681	Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
6813	Taxas	48,83	439,46	0,00	488,29
651	Benefícios processados	0,00	0,00	0,00	0,00
652	Outros custos operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
691	Gastos de financiamento e outras perdas similares	2.096,73	18.900,45	0,00	20.997,18
68	Outros gastos e perdas	1.027,33	11.414,80	0,00	12.442,13
	Subtotal (2)	118.950,68	480.508,37	0,00	599.459,05
81	Resultados operacionais (1)-(2)=(3)	-51.410,02	20.247,08	0,00	-33.548,74

* 62-(6211+62211/4+6233+6226)

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: CASA DO POVO DE ESCARIZ
 Número de identificação de pessoa coletiva: 500938970
 Lugar da sede social: Rua do Lar - Escariz S. Martinho
 Natureza da atividade: Outras atividades associativas, n.e.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. O SNC-ESNL, é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCRL-ESNL);
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março (Código de Contas Específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março (Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**3.1. Principais políticas contabilísticas**

A Direção

Paulo Alves
Adelino Redondo
João da Manda Lúcio

Pag. 1 de 14

[Assinatura]
 Contabilista Certificado N.º 23260

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A entidade encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Eventualmente pode estar sujeita a tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais

Paulo Alves
Adelino Redondo
Jose Carlos Miranda

[Assinatura]

perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento

Aguiar Silva
Adelina Rodado
José do Prado Aguiar

do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	Método do custo			
Edifícios e outras construções	Método do custo	Quotas constantes	20 a 10 anos	5,00 - 10,00
Equipamento básico	Método do custo	Quotas constantes	8 a 4 anos	12,50 - 25,00
Equipamento de transporte	Método do custo	Quotas constantes	4 anos	25,00
Equipamento administrativo	Método do custo	Quotas constantes	6 a 3 anos	16,66 - 33,33
Equipamentos biológicos				
Outros ativos fixos tangíveis	Método do custo	Quotas constantes	6 anos	16,66

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento a AFT	TOTAL
Valor bruto no início		1 938 164,38	201 881,72	36 197,35	36 925,68					
Depreciações acumuladas		410 822,98	123 159,90	25 726,10	35 788,72		4 149,92			2 217 318,05
Saldo no início do período		1 527 341,40	78 721,82	10 471,25	1 141,96		814,53			596 807,23
Variações do período	17 356,08	(44 678,46)	(23 668,53)	(5 235,62)	386,26		3 335,39			1 621 011,82
Total de aumentos	17 356,08	56 742,23	1 457,32				(284,13)			(56 124,40)
Aquisições em primeira mão	17 356,08	56 742,23	1 457,32		1 015,98		108,09			76 679,70
Total diminuições		101 420,69	25 125,85	5 235,62	629,72		108,05			76 679,70
Depreciações do período		101 420,69	25 125,85	5 235,62	629,72		392,22			132 804,10
Saldo no fim do período	17 356,08	1 482 662,94	55 053,29	5 235,63	1 528,22		3 051,26			1 564 887,42
Valor bruto no fim do período	17 356,08	1 994 904,61	203 339,04	36 197,35	37 941,66		4 298,01			2 293 098,75
Depreciações acumuladas no fim do período		512 241,67	148 285,75	30 961,72	36 413,44		1 206,75			729 111,33

Quadro comparativo:

A Direção

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros APT	APT em curso	Adiantamento s APT	TOTAL
Valor bruto no início		1 931 588,84	188 639,28	36 197,35	36 925,68		443,93			2 194 792,06
Depreciações acumuladas		315 076,51	91 065,55	20 490,48	35 213,42		443,93			462 289,89
Saldo no início do período		1 616 509,33	98 573,73	15 706,87	1 712,26					1 732 502,19
Variações do período		(89 167,93)	(19 851,91)	(5 235,62)	(570,30)		3 335,39			1 732 502,19
Total de aumentos		6 578,54	12 242,44				3 705,99			(111 490,37)
Aquisições em primeira mão		6 578,54	12 242,44				3 705,99			22 526,97
Total diminuições		95 746,47	32 094,35	5 235,62	570,30		370,60			22 526,97
Depreciações do período		95 746,47	32 094,35	5 235,62	570,30		370,60			134 017,34
Outras transferências		0,00					370,60			134 017,34
Saldo no fim do período		1 527 341,40	78 721,82	10 471,25	1 141,96		3 335,39			0,00
Valor bruto no fim do período		1 938 164,38	201 881,72	36 197,35	36 925,68		443,93			1 621 011,82
Depreciações acumuladas no fim do período		410 822,98	123 159,90	25 726,10	35 783,72		814,53			2 217 319,05
										596 307,23

5 - Ativos intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de amortização e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Goodwill				
Projetos de desenvolvimento				
Programas de computadores	Método do custo	Quotas constantes	3 anos	33,33
Propriedade Industrial				
Outros ativos intangíveis				

5.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

A Direção

Descrição	Trespasse	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS								
Valor bruto total no fim do período			1 911,42					1 911,42
Amortizações acumuladas totais no fim do período			637,08					637,08
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Saldo no início do período								
Varições do período			1 274,34					1 274,34
Aquisições em primeira mão			1 911,42					1 911,42
Total de aumentos			1 911,42					1 911,42
Amortizações do período			637,08					637,08
Total diminuições			637,08					637,08
Saldo no final do período			1 274,34					1 274,34

6 - Custos de empréstimos obtidos

6.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp. obt.	Juros suportados anuais emp. obt.	Dispendios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp. capitalizados	Custos emp. em gastos
Empréstimos genéricos									
Empréstimos específicos	557 171,67	84 145,32	473 026,35	19 413,49	19 413,49				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	557 171,67	84 145,32	473 026,35	19 413,49	19 413,49				
Total dos Empréstimos	557 171,67	84 145,32	473 026,35	19 413,49	19 413,49				

Quadro comparativo:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp. obt.	Juros suportados anuais emp. obt.	Dispendios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp. capitalizados	Custos emp. em gastos
Empréstimos genéricos									
Empréstimos específicos	641 247,56	125 372,40	515 875,16	23 630,47	23 630,47				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	641 247,56	125 372,40	515 875,16	23 627,72	23 627,72				
Total dos Empréstimos	641 247,56	125 372,40	515 875,16	23 630,47	23 630,47				

6.2. Outras divulgações

A Direção

Adelino Redondo
José Rui Almeida Louf

[Assinatura]

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	20 861,18	23 627,72
Juros de financiamentos suportados	20 861,18	23 627,72
Juros de empréstimos bancários	19 413,49	22 584,23
Juros de locações financeiras	1 447,69	1 043,49

7 - Inventários

7.1. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais						
Compras		20 875,25	20 875,25			
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		20 875,25	20 875,25		20 010,83	20 010,83
OUTRAS INFORMAÇÕES						

8 - Rendimentos e gastos

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	295 964,88	263 321,24
Juros	145,00	
Outros réditos	269 800,43	647 551,93
Total	565 910,31	910 873,17

8.2. Quantia de cada categoria significativa de réditos reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Nome	Valor
Outros rendimentos e ganhos:	66 608,92
Rendimentos de imóveis	900,00
Imputação de subsídios para investimento	65 516,36
Ganhos em instrumentos financeiros	47,56
Juros obtidos de depósitos	145,00

A Direção





8.3. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	33 252,92	52 800,49
Trabalhos especializados	9 273,93	16 517,86
Publicidade e propaganda		2 386,20
Vigilância e segurança	407,46	
Honorários	8 752,00	8 402,00
Conservação e reparação	4 360,00	12 377,85
Outros	10 459,53	13 116,58
Materiais	9 901,15	17 479,43
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 114,99	1 437,70
Material de escritório	1 969,47	1 095,18
Artigos para oferta	70,58	87,90
Outros	6 746,11	14 858,65
Energia e fluidos	29 609,37	30 710,44
Eletricidade	18 151,34	17 905,05
Combustíveis	1 986,15	2 089,76
Água	1 639,50	1 215,28
Outros	7 832,38	9 500,35
Deslocações, estadas e transportes	5 882,17	205,69
Deslocações e estadas	4 796,57	205,69
Outros	1 085,60	
Serviços diversos	36 890,93	12 286,59
Rendas e alugueres	10 053,47	12,30
Comunicação	2 591,23	2 275,06
Seguros	3 288,17	3 412,66
Contencioso e notariado	30,00	
Limpeza, higiene e conforto	20 928,06	6 586,57
Total	115 536,54	113 482,64

8.4. Outras divulgações sobre gastos

Nome	Valor
Outros gastos:	13 066,42
Impostos	525,14
Correções relativas a períodos anteriores	3 256,29
Donativos	80,00
Outros gastos	9 068,99
Juros de mora	136,00

9 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A Direção





9.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	784 404,35	65 516,36	65 516,36						
Para ativos fixos tangíveis	784 404,35	65 516,36	65 516,36						
Edifícios e outras construções	564 959,31	47 077,59	47 077,59						
Equipamento básico	195 816,33	16 520,47	16 520,47						
Equipamento de transporte	23 628,51	1 918,30	1 918,30						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração	554 932,69	201 836,51	201 836,51	20 000,00	1 500,00	1 500,00			
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	1 339 337,04	267 352,87	267 352,87	20 000,00	1 500,00	1 500,00			

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	849 920,71		65 516,36						
Para ativos fixos tangíveis	849 920,71		65 516,36						
Edifícios e outras construções	612 037,10		47 077,59						
Equipamento básico	212 358,80		16 520,47						
Equipamento administrativo	25 544,81		1 918,30						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração		554 932,69				20 000,00			
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total	849 920,71	554 932,69	65 516,36			20 000,00			

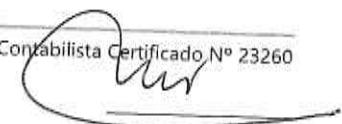
10 - Instrumentos financeiros

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

A Direção







Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	8 101,70			8 101,70
Resultados transitados	47 296,55		357 472,82	404 769,37
Outras variações nos capitais próprios	784 404,35		(65 516,36)	718 887,99
Subsídios	784 404,35		(65 516,36)	718 887,99
Total	839 802,60		291 956,46	1 131 759,06

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	8 101,70			8 101,70
Resultados transitados	20 385,23		26 911,32	47 296,55
Outras variações nos capitais próprios	849 920,71		(65 516,36)	784 404,35
Subsídios	849 920,71		(65 516,36)	784 404,35
Total	878 407,64		(38 605,04)	839 802,60

10.2. Divulgações sobre colateral prestada com ativos financeiros e garantias bancárias:

Entidade Financeira	Detalhes da garantia	Montante
CGD	Hipoteca sobre Imóvel	950 000,00
RCI Banque Sucursal Portugal	Veículo automóvel	64 383,00

10.3. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imperidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			39 363,24		
Outras contas a receber			39 363,24		
Passivos financeiros:			107 641,97		
Fornecedores			32 299,51		
Financiamentos obtidos			557 171,67		
Outras contas a pagar			75 342,46		
Ganhos e perdas líquidos:			(88,44)		
De ativos financeiros			47,56		
De passivos financeiros			(136,00)		
Rendimentos e gastos de juros:			(20 716,18)		
De ativos financeiros			145,00		
De passivos financeiros			(20 861,18)		

Quadro comparativo:

A Direção

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			41 605,01		
Outras contas a receber			41 605,01		
Passivos financeiros:			86 431,54		
Fornecedores			24 479,21		
Financiamentos obtidos			641 247,56		
Outras contas a pagar			61 952,33		
Ganhos e perdas líquidos:			56,96		
De ativos financeiros			59,67		
De passivos financeiros			(2,71)		
Rendimentos e gastos de juros:			(23 627,72)		
De passivos financeiros			(23 627,72)		

11 - Benefícios dos empregados

11.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	26,00	41 311,00	24,00	39 638,00
Pessoas remuneradas	26,00	41 311,00	24,00	39 638,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	26,00	41 311,00	24,00	39 638,00
Pessoas a tempo completo	26,00	41 311,00	24,00	39 638,00
(das quais pessoas remuneradas)	26,00	41 311,00	24,00	39 638,00
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	26,00	41 311,00	24,00	39 638,00
Masculino	1,00	1 929,00	2,00	4 250,00
Feminino	25,00	39 382,00	22,00	35 388,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessos colocadas por agências de trabalho temporário				

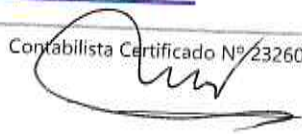
11.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	295 678,48	251 910,84
Remunerações do pessoal	241 875,32	208 247,14
Encargos sobre as remunerações	49 233,70	39 367,05
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 157,66	2 816,35
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	1 411,80	1 480,30
- formação		35,00
- fardamento	260,15	680,15

A Direção



 António Alves



 Contabilista Certificado Nº 23260

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Atividade CAE 2	Total
Vendas			
Prestações de serviços	6 476,30	289 488,58	295 964,88
Compras	2 087,52	18 787,73	20 875,25
Fornecimentos e serviços externos	11 037,91	104 498,63	115 536,54
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2 087,52	18 787,73	20 875,25
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 087,52	18 787,73	20 875,25
Número médio de pessoas ao serviço	7,00	19,00	26,00
Gastos com o pessoal	81 978,94	213 699,54	295 678,48
Remunerações	67 586,51	174 288,81	241 875,32
Outros gastos	14 392,43	39 410,73	53 803,16
Ativos fixos tangíveis			
Valor líquido final	156 488,74	1 408 398,68	1 564 887,42
Total das aquisições	7 667,97	69 011,73	76 679,70
(das quais edifícios e outras construções)	5 674,23	51 068,00	56 742,23
Propriedades de investimento			

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Atividade CAE 2	Total
Vendas			
Prestações de serviços	6 764,95	256 556,29	263 321,24
Fornecimentos e serviços externos	10 517,54	102 965,10	113 482,64
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2 059,58	17 971,25	20 030,83
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 059,58	17 971,25	20 030,83
Número médio de pessoas ao serviço	4,00	20,00	24,00
Gastos com o pessoal	52 573,17	199 837,67	251 910,84
Remunerações	41 660,30	166 586,84	208 247,14
Outros gastos	10 912,87	32 750,83	43 663,70
Ativos fixos tangíveis			
Valor líquido final	61 759,85	1 559 251,97	1 621 011,82
Total das aquisições	1 952,96	20 574,01	22 526,97
(das quais edifícios e outras construções)	6 578,54		6 578,54
Propriedades de investimento			

12.2. Informação por mercado geográfico

A Direção

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	295 964,88			295 964,88
Compras	20 875,25			20 875,25
Fornecimentos e serviços externos	115 536,54			115 536,54
Aquisições de ativos fixos tangíveis	76 679,70			76 679,70
Aquisições de ativos intangíveis	1 911,42			1 911,42
Rendimentos suplementares:				1 911,42

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	263 321,24			263 321,24
Fornecimentos e serviços externos	113 482,64			113 482,64
Aquisições de ativos fixos tangíveis	22 526,97			22 526,97
Rendimentos suplementares:				22 526,97

12.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Casa do Povo não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 - Locações

13.1. Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		14 187,80		14 187,80	
Depreciações/Amortizações acumuladas		2 106,77		2 106,77	
Saldo no fim do período		12 081,03		12 081,03	
Total dos futuros pagamentos mínimos		14 161,95		14 161,95	
Até um ano		3 089,88		3 089,88	
De um a cinco anos		11 072,07		11 072,07	
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos		12 081,03		12 081,03	
Até um ano		2 176,20		2 176,20	
De um a cinco anos		9 904,83		9 904,83	
Mais de cinco anos					

A Direção

Aguiar Alves
Aldemir Redondo
José R. Miranda

14 - Impostos e contribuições

14.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	(33 548,74)	357 472,82
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autônomas		
Taxa efetiva de imposto		

14.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		645,84		531,00
Contribuições para a Segurança Social		5 690,72		4 548,64
Outras tributações		188,47		146,72
Total		6 525,03		5 226,36

15 - Fluxos de caixa

15.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa		309 673,50	309 673,50	
Depósitos à ordem	14 218,97	863 898,27	844 069,04	34 048,20
Outros depósitos bancários	145 000,00	210 000,00	235 000,00	120 000,00
Total	159 218,97	1 383 571,77	1 388 742,54	154 048,20

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa		273 363,41	273 363,41	
Depósitos à ordem	19 140,82	1 098 709,72	1 103 631,57	14 218,97
Outros depósitos bancários		390 000,00	245 000,00	145 000,00
Total	19 140,82	1 762 073,13	1 621 994,98	159 218,97


 António Alves
 Adérito Medeiros
 José Di. Miranda


 Contabilista Certificado N° 23260